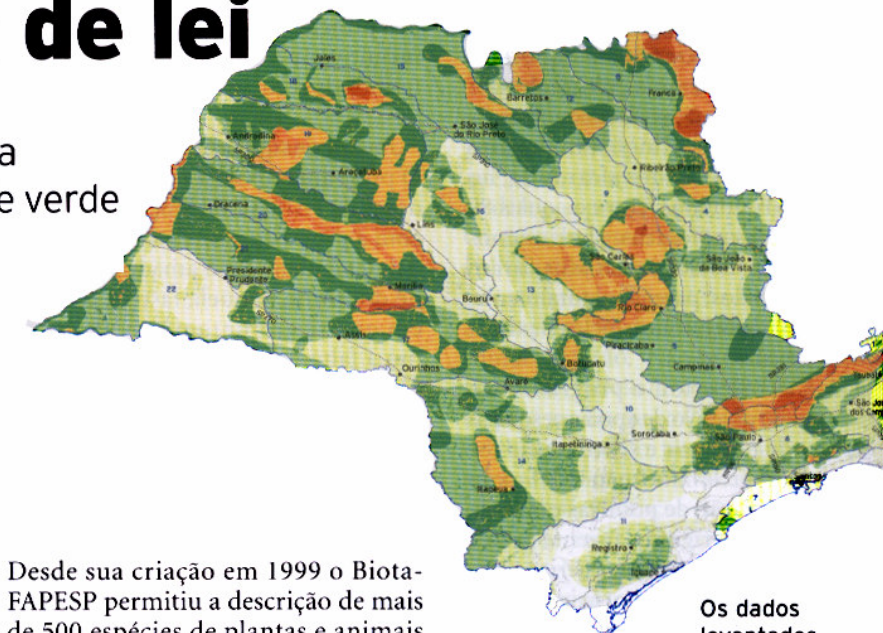


Com força de lei

Mapa do Biota-FAPESP vira parâmetro para retirada de verde nativo em São Paulo

Os dados científicos acumulados pelo Programa Biota-FAPESP passaram a orientar os critérios para autorização de retirada da vegetação nativa em território paulista. Uma resolução da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA) estabeleceu que a análise de todos os pedidos para uso de áreas com florestas nativas deverá se basear nas categorias de importância para a restauração definidas no mapa “Áreas Prioritárias para Incremento para Conectividade”. *Pesquisa FAPESP* publicou em novembro de 2007 (edição 141) um grande mapa que contém os dados de conectividade, entre outros. O trabalho foi desenvolvido nos últimos 2 anos por 160 pesquisadores do Biota-FAPESP (Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo) em parceria com a SMA.

“Fornecer diretrizes às políticas públicas era um dos objetivos iniciais do programa. Depois de 10 anos, pudemos reunir um volume de dados suficiente para alcançar esse propósito”, disse à Agência FAPESP o coordenador do programa, Ricardo Ribeiro Rodrigues. Segundo ele, a resolução demonstra a efetividade do uso dos dados científicos na formulação das políticas públicas estaduais na área ambiental. “O mais importante é que os critérios agora terão uma base científica”, disse Rodrigues, que é professor do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP).



Os dados levantados pelo Biota já orientam as ações de governo

Desde sua criação em 1999 o Biota-FAPESP permitiu a descrição de mais de 500 espécies de plantas e animais espalhados pelos 250 mil quilômetros quadrados do território paulista, produziu 75 projetos de pesquisa, 150 mestrados e 90 doutorados, além de gerar 500 artigos em 170 periódicos, 16 livros e dois atlas, graças a um investimento médio anual de US\$ 2,5 milhões feito pela FAPESP.

Áreas prioritárias - A resolução utiliza os dados do Biota para determinar os critérios usados para não autorizar o uso de áreas que se prestam ao papel de corredores ecológicos e de abrigo de biodiversidade. O mapa de conectividade assinala essas áreas prioritárias. “Nos mapas identificamos os fragmentos que são considerados prioritários para conservação e indicamos essas áreas para a compensação da reserva legal das propriedades agrícolas, além de recomendar a interligação desses fragmentos pela restauração da mata ciliar funcionando como corredor ecológico”, disse.

De acordo com o professor, dos 3,5 milhões de hectares de vegetação remanescente no estado, apenas 760 mil estão em unidades de conservação. “O

restante está em mãos de proprietários particulares. Para conservar esses locais a proposta é transformá-los em reserva legal. Para as melhores áreas desses trechos, recomendamos a transformação em Reserva Particular de Patrimônio Natural”, afirmou. Segundo a resolução, quem quiser solicitar a supressão de vegetação nativa dentro dos limites das áreas demarcadas como prioritárias pelo Biota deverá apresentar um estudo de fauna e flora, independentemente do estágio de regeneração em que se encontrar a vegetação. Só serão permitidas a supressão e a exploração da área nativa se a vegetação não abrigar espécies da fauna e flora silvestres ameaçadas de extinção. A concessão de autorização atenderá a critérios fixados pelo mapa de conectividade.